



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEZ DE ABRIL DE 2012

-----No dia dez de Abril do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária do Município de Góis, sob a Presidência da senhora Dr^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Dr. Mário Barata Garcia, Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz. -----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.---

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, solicitando a introdução dos pontos seguintes na ordem de trabalhos:-----

2.12 – DREC/REDE ESCOLAR-ORGANIZAÇÃO DA REDE DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO DE 2012/2013-----

2.13 – CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL/ISABEL MARQUES BROCHU, CASIMIRO MAURÍCIO SANCHES E OUTROS-----

2.14 – PROPOSTA DE VOTO DE LOUVOR À EQUIPA DE FUTEBOL SÉNIOR DA AERG-----

2.15 – CRÓSSODROMO MUNICIPAL-----

2.16 – COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS-----

2.17 – COMEMORAÇÕES DO XXXVIII ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL-----

2.18 – VOTO DE PESAR A ANTÓNIO ALCINDO DE ALMEIDA-----

2.19 - VOTO DE PESAR A MARIA FILOMENA CARVALHO CRUZ-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade inserir os citados assuntos na ordem de trabalhos.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Seguidamente a senhora Presidente deu inicio à ordem de trabalhos.-----

1 – FALTAS E ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

1.1 – FALTAS; -----

1.2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

2 - ASSUNTOS DIVERSOS: -----

2.1 – PALAVRA RENOVADA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA/NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS-----

2.2 – SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REFORMA ADMINISTRATIVA/EQUIPA PARA OS ASSUNTOS DO TERRITÓRIO-----

2.3 – MUNICÍPIO DE GÓIS/LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO NO CONCELHO DE GÓIS-----

2.4 – ANMP/PROTOCOLO COM A EDP-----

2.5 – POVT / REDES DE ÁGUA EM BAIXA-----

2.6 – PONTO DE SITUAÇÃO / ÁREA ARDIDA NO CONCELHO DE GÓIS-2012-----

2.7 – PROTOCOLO ENTRE A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA, ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS BEIRAS DE PESCA DESPORTIVA E MUNICIPIO DE GÓIS-----

2.8 – PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO CENTRO DE PORTUGAL E MUNICIPIO DE GÓIS, CASTANHEIRA DE PERA, LOUSÃ, PAMPILHOSA DA SERRA E PEDRÓGÃO GRANDE / GRAND FONDO SKY ROADS ALDEIAS DE XISTO-----

2.9 – PÁTIO D'AVENTURA – RALLYE DE GÓIS 2012 / PEDIDO DE PARECER-----

2.10 – COMISSÃO DE PREVENÇÃO, MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS EFEITOS DA SECA E DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS-----

2.11 – LEI Nº. 8/2012 – INFORMAÇÃO DA CIMOESTE-----

-----ASSUNTOS NÃO AGENDADOS:-----

2.12 – DREC/REDE ESCOLAR-ORGANIZAÇÃO DA REDE DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO DE 2012/2013-----

2.13 – CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL/ISABEL MARQUES BROCHU, CASIMIRO MAURÍCIO SANCHES E OUTROS-----

2.14 – PROPOSTA DE VOTO DE LOUVOR À EQUIPA DE FUTEBOL SÉNIOR DA AERG-----

2.15 – CROSSÓDROMO MUNICIPAL-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

2.16 – COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS-----
2.17 – COMEMORAÇÕES DO XXXVIII ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL-----
2.18 – VOTO DE PESAR A ANTÔNIO ALCINDO DE ALMEIDA-----
2.19 - VOTO DE PESAR A MARIA FILOMENA CARVALHO CRUZ-----
3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES: -----
3.1 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA-----
3.2 – PAGAMENTOS-----
3.3 – REQUISIÇÕES-----
3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES-----
3.5 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----
3.6 – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2011-----
3.7 – RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS-----
4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----
1 – FALTAS E ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR:-----
1.1 – FALTAS – Não houve.-----
1.2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos números um e dois do seu artigo nonagésimo segundo, a Câmara deliberou por unanimidade, e após leitura, aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e sete de Março do ano de dois mil e doze, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----
2 - ASSUNTOS DIVERSOS:-----
2.1 – PALAVRA RENOVADA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA/NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS - Foi presente o ofício da Palavra Renovada – Associação Cultural e Recreativa, datado do dia 19.03.12, dando conhecimento dos Corpos Sociais para o biênio de 2012/2014.----- -----A Câmara tomou conhecimento e endereçou aos novos corpos sociais votos de êxito durante o seu mandato.-----
2.2 – SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REFORMA ADMINISTRATIVA/EQUIPA PARA OS ASSUNTOS DO TERRITÓRIO – Foi



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

presente a comunicação do senhor Eng^o Paulo Júlio, Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, datada de 23.03.12 relativa à Resolução do Conselho de Ministros que criou uma Equipa para os Assuntos do Território, tendo como objetivo realizar em 60 dias um mapeamento de todos os equipamentos de serviços públicos existentes em cada Município, de modo a que possa haver um planeamento adequado, tendo em consideração as várias políticas sectoriais em desenvolvimento.-----

-----A senhora Presidente informou que de acordo com a citada informação, o Governo propõe que o território deve ser integral dessas políticas, sendo entendimento que sobretudo nas zonas de baixa densidade demográfica é necessário fazer uma aproximação ao problema do despovoamento e, em conjunto com a Administração Local, procurar sinergias e priorizar ações que atenuem este fenómeno. Dessa forma, o levantamento de equipamento também será considerado como variável de análise quando se reestruturar a rede de equipamentos e de serviços públicos em cada um dos sectores de governação, protegendo uma visão mais imediata e isolada que resulta da análise de cada território municipal.-----

-----Prosseguiu, referindo que este é um assunto que carece de uma reflexão de todos para que não tenha o desfecho previsto para as freguesias, considerando que a prestação de serviços, continua a ser um factor determinante na dinamização dos territórios de montanha. Considerando ainda, que a existência de serviços municipais agregados com outros municípios poderá ser uma mais valia em termos de partilha de recursos, tendo apresentado como exemplo a excelente parceria na área da floresta com os municípios que integram a ADESA, assim como, outros prestados através da CIMPIN, sendo o caso da formação, entre outros. Contudo, referiu que a concentração de serviços públicos num determinado concelho poderá não ser a melhor solução para os municípios do interior do País.-----

-----Interveio o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, mencionando a sua apreensão relativamente ao documento em análise, porque este deve ser um princípio para um fim ainda não anunciado. Considerou, que está patente a



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

racionalização de alguns serviços prestados pelo Estado, isto é, alguns dos serviços estatais prestados nos Municípios irão seguramente serem encerrados, sendo sua preocupação que serão os municípios de montanha os que irão ser efetivamente os mais prejudicados, tendo em conta as assimetrias entre o litoral e o interior.-----

-----Referiu que não faz qualquer paralelo entre o presente assunto e a reforma administrativa das freguesias, a qual deveria ter sido visionada como uma oportunidade e não como uma fatalidade, referindo ainda, que não vê grandes alterações entre o documento verde e as decisões finais, uma vez que em Góis tudo leva a crer que irá ser extinguida uma freguesia, fruto de uma decisão central e da não envolvência total de todos os órgãos concelhios neste processo, uma vez que considera que este processo foi mal conduzido e será irreversível a decisão tomada pelo governo.-----

-----Relativamente ao assunto em questão, referiu que é uma decisão que trará alguns dissabores, tal como já referiu para os municípios de montanha, e que contribuirá para um maior despovoamento dos mesmos. Contudo, compreende a necessidade de agregação/descentralização de alguns serviços até pela funcionalidade destes, mas deve ser uma decisão devidamente fundamentada tendo em conta os recursos de cada Município. Terminou, informando da sua total solidariedade na defesa da continuação de serviços públicos no Município de Góis.-----

-----A senhora Presidente referiu não concordar com as palavras do senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia relativamente à reforma administrativa, uma vez que considera que há diferenças entre o documento verde e a proposta de lei e cabe aos órgãos autárquicos concelhios tomar a melhor decisão para o concelho. De seguida, informou de alguns procedimentos tomados nesse sentido junto dos Presidentes das freguesias concelhias e da reunião na CCDRC onde foi exaustivamente explanado as directrizes patentes na Proposta de Lei, pelo que considera que será um assunto que merecerá uma maior reflexão de todos.-----

-----Usou da palavra o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo ser óbvio



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

que nenhuma população poderá aceitar de ânimo leve qualquer imposição tomada pela administração central, nomeadamente quando se pretende tomar decisões redutoras do bem estar social das populações, em particular daquelas que vivem em territórios de interior. Referiu ainda, que a reforma administrativa é uma medida imposta pela troika por forma a reduzir alguns gastos considerados desnecessários, não tendo sido esta a melhor opção de reorganizar um território.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referindo que o processo da reorganização territorial foi efetivamente mal conduzido pela administração central, sendo prova disso algumas cedências fruto das constantes pressões da sociedade civil, das freguesias e Municípios, salientando o papel fundamental da ANAFRE durante este processo.-----

-----Usou da palavra a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, referindo que concorda com a posição do senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia quando menciona que a reforma administrativa poderia ter sido uma oportunidade para reorganizar o território, considerando ser também necessária essa reorganização no nosso concelho. É sua opinião que a agregação de freguesias no nosso concelho poderá ser uma mais valia em termos de uma melhor prestação dos serviços aos munícipes e podendo efetivamente redobrar nos benefícios. Já a questão da entidade de usos, costumes e tradições dessas freguesias estará sempre salvaguardada, pois esta é apenas uma questão meramente administrativa.-----

-----Em relação ao documento em análise, referiu que ao longo dos tempos os municípios e também vários Governos pretenderam concentrar um maior número de serviços por forma a poderem dar uma melhor resposta às necessidades dos munícipes que aí residem. Contudo, referiu que se a intenção do levantamento patente no presente documento for no sentido de agregação de serviços num determinado concelho, poderá naturalmente ser um factor determinante na desertificação de concelhos rurais, sendo certo que o que se tem verificado é que não é a oferta de serviços públicos que fixa população, mas sim outro tipo de ofertas.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A senhora Presidente referiu que há uma tendência para esvaziar e descapitalizar o interior do país, no qual o concelho de Góis se insere. De facto, o documento em análise “Equipa para os assuntos do território/Mapeamento de todos os equipamentos de serviços públicos existentes em cada Município” , pode constituir-se efetivamente como o anunciar de algo pouco favorável a alguns concelhos, e no caso concreto de Góis o eventual encerramento de serviços é um “convite” ao acentuar da desertificação, porquanto poucos são aqueles que optam por escolher o interior do país para viver atentos ao desaparecimento de serviços de educação, saúde, entre outros.-----

-----Mais referiu, que o Município de Góis naquilo que é a reforma administrativa em particular na redução de freguesias não se alheará das suas responsabilidades em articulação com as demais Autarquias Locais, aguardando a publicação da Lei nº44/2012 com as eventuais alterações.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.3 – MUNICÍPIO DE GÓIS/LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO NO CONCELHO DE GÓIS - A

senhora Presidente apresentou o documento relativo ao Levantamento e Caracterização dos Idosos em Situação de Isolamento no Concelho de Góis, elaborado pelo Técnico Superior de serviço Social José Lameiras em estreita articulação com as IPSS's locais, Juntas de Freguesias e outras Instituições locais.-----

-----Referiu tratar-se de um trabalho que foi elaborado tendo por base fatores como: idade igual ou superior a 65 anos, estado civil, local de residência, habilitações literárias, rendimentos, estado de saúde, a existência de apoio institucional ou familiar, características da habitação onde residem, ocupação, existência e presença de descendentes. Salientou ainda, que a metodologia utilizada para o presente estudo foi o inquérito por questionário *in loco* e via telefone. Mais referiu, que neste processo foi fundamental a colaboração das Juntas de Freguesias, IPSS's e a informação prestada pelos vizinhos dos idosos, tendo-se revelado de extrema importância para a recolha e verosimilhança do apuramento de todos os dados.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A senhora Presidente referiu ainda, que os dados plasmados no presente documento irão seguramente contribuir para a elaboração do Plano Gerontológico, o qual objetiva a criação de um instrumento indicativo do cenário atual e prospetivo relativamente à população sénior residente no concelho, às suas necessidades e expetativas, ao seu grau de participação e inserção na comunidade. -----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia congratulou-se pelo trabalho apresentado, endereçando as suas felicitações ao sr. Dr. José Lameiras, referindo ainda, que com os dados constantes neste documento poder-se-á ter uma melhor visão da realidade em que vive em situação de isolamento a maior faixa etária predominante no concelho. Alertou, para o facto de alguns dos gráficos patentes carecerem de pequenas correções para uma melhor perceção.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu estar perante um trabalho interessante e importante, o qual futuramente poderá repercutir efeitos bastante positivos numa melhor elaboração de planos de intervenção social e de lazer na vida dos idosos. Referiu, a título de exemplo que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem um plano interventivo ao nível social, o qual não passa somente pelo apoio domiciliário, também efetuado no nosso concelho, mas contempla atividades de cariz social e cultural, apresentando alguns exemplos, como o acompanhamento do idoso a consultas médicas, a espaços lúdicos ou mesmo visitas para um tempo de conversa. Neste sentido, considerou importante que o Plano Gerontológico englobasse este tipo de ações. Por último, felicitou o senhor Dr. José Lameiras pela excelente elaboração do presente documento.-----

-----A senhora Presidente referiu que o Plano Gerontológico de Góis através de uma visão integrada do processo de envelhecimento, visa promover o envelhecimento Activo e Saudável dos seniores do concelho, implementando projectos e acções nesta área. Pressupõe que sejam activados e/ou reforçados os mecanismos de participação social, para uma cidadania plena, implicando o direito a um envelhecimento activo e com qualidade, onde os direitos e deveres



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

sejam efetivados com vista a uma plena inserção dos seniores, nomeadamente de pessoas com 65 ou mais anos.-----

-----Referiu ainda, que o presente trabalho foi elaborado no âmbito da avaliação de desempenho e que envolveu várias Entidades locais, pelo que cumpre ao Município um reiterado agradecimento pela colaboração e disponibilidade.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.4 – ANMP/PROTOCOLO COM A EDP - A Câmara tomou conhecimento dos Projetos: “Pacto – Programa de Ação de Compostagem para Todos”; Seminário: “O envelhecimento Ativo em Meio Rural: Que Realidades?” e Seminário “Práticas e Políticas de Eficiência Energética”, que o Município de Góis irá desenvolver no âmbito do Protocolo celebrado entre a EDP e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

2.5 – POVT/ REDES DE ÁGUA EM BAIXA – A Câmara tomou conhecimento da comunicação remetida pelo senhor Chefe de Gabinete do senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional relativa às medidas a tomar pelos Municípios no que concerne a candidaturas ao POVT/Redes de Baixa, conforme comunicação remetida a esta Autarquia pela senhora Presidente da Assembleia Geral das Águas do Mondego no p.p. dia 28.03.12.----

2.6 – PONTO DE SITUAÇÃO/ÁREA ARDIDA NO CONCELHO DE GÓIS-2012 - A Câmara tomou conhecimento da área ardida no concelho de Góis durante o primeiro trimestre do ano em curso, num total de 35,09 hectares, conforme dados fornecidos pelo Gabinete Técnico Florestal do Município de Góis.-----

2.7 – PROTOCOLO ENTRE A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA, ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS BEIRAS DE PESCA DESPORTIVA E MUNICIPIO DE GÓIS - Foi presente o Protocolo a celebrar entre a Federação Portuguesa de Pesca desportiva, Associação Regional das Beiras de Pesca Desportiva e Câmara Municipal de Góis no âmbito do Campeonato da Europa de Pesca à Pluma, a realizar de 13 a 20 de Maio, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----A senhora Presidente informou de alguns procedimentos que a Câmara Municipal tomou no sentido de Góis acolher esta prova desportiva, informando



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

ainda, da Equipa do Município que está acompanhar todo este processo. Finalizou informando que a cerimónia oficial de abertura do Campeonato da Europa de Pesca à Pluma irá realizar-se em Góis, para a qual oportunamente será dado conhecimento ao Executivo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade subscrever o presente Protocolo entre o Município de Góis e a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, Associação Regional das Beiras de Pesca Desportiva.-----

2.8 – PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO CENTRO DE PORTUGAL E MUNICIPIO DE GÓIS, CASTANHEIRA DE PERA, LOUSÃ, PAMPILHOSA DA SERRA E PEDRÓGÃO GRANDE/

GRAND FONDO SKY ROADS ALDEIAS DE XISTO – A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade celebrar o Protocolo de Parceria entre a Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal e os Municípios de Castanheira de Pêra, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande no âmbito do evento “Grand Fondo Sky Roads Aldeias do Xisto”, cuja cópia constitui o Anexo II da presente Ata.-----

2.9 – PÁTIO D’AVENTURA – RALLYE DE GÓIS 2012 / PEDIDO DE PARECER

– Foi presente o ofício da empresa Pátio D’Aventura Góis datado de 17.02.12, solicitando autorização para a realização do Rallye de Góis 2012, a levar a efeito nos dias 21 e 22 de Abril de 2012, prova que integra o troféu de ralis centro (TRRC) promovido pela “Sicó Eco” na zona centro do país.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a realização da referida prova desportiva, desde que estejam reunidos os pareceres das Entidades competentes.-----

2.10 – COMISSÃO DE PREVENÇÃO, MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS EFEITOS DA SECA E DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- A Câmara tomou conhecimento da Resolução do Conselho de Ministros nº 37/2012, que cria a Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e das Alterações Climáticas, entre outras medidas relativas à situação de seca no País, conforme comunicação remetida pela CIMPIN no p.p. dia 28.03.12.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

2.11 – LEI Nº. 8/2012 – INFORMAÇÃO DA CIMOESTE - A Câmara tomou conhecimento da deliberação tomada pelo Conselho Executivo da Oeste CIM, relativamente à Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro, a qual corresponde à materialização de um dos princípios negociados entre o Estado Português, o Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia que visa a redução da dívida pública portuguesa, conforme comunicação remetida no p.p. dia 02.04.12 a esta Câmara Municipal.-----

-----ASSUNTOS NÃO AGENDADOS-----

2.12 – DREC/REDE ESCOLAR-REORGANIZAÇÃO DA REDE DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO DE 2012/2013 – A senhora Presidente informou que o presente assunto vem na sequência da comunicação da senhora Diretora Regional de Educação do Centro, relativo à reorganização da Rede da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico para o ano de 2012/2013 no concelho de Góis, devendo a Câmara Municipal pronunciar-se sobre este assunto.-----

-----Mais informou, que de acordo com a comunicação referida, pretende-se dar cumprimento da prossecução do processo de reordenamento da rede escolar, a que se refere a Portaria nº1181/2010, de 16 de novembro, a Direcção Regional de Educação do Centro (DREC) procedeu à sinalização das Escolas Básicas que em 2011/2012 apresentam uma frequência inferior a 22 alunos e ainda das que, embora suspensas se encontram a funcionar a título excecional, tendo de igual modo procedido à identificação de jardins de infância que apresentam reduzida frequência. Informou ainda, que no concelho de Góis, foram identificadas nas condições acima mencionadas a Escola do 1º CEB de Alvares, atual Centro Escolar de Alvares e a Escola Básica de Ponte do Sótão a funcionar a título excecional, como Sala de Apoio.-----

-----Prosseguiu, informando que o Conselho Municipal de Educação reuniu no passado dia 09.04.12 em sessão extraordinária, tendo-se concluído que o Centro Escolar da Freguesia de Alvares irá ter uma frequência no próximo ano letivo de 24 alunos, pelo que considera-se legalmente ultrapassada a questão de encerramento deste Estabelecimento de Ensino. Quanto à Sala de Apoio de



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Ponte do Sótão, a senhora Presidente informou de todo o conteúdo da Ata do Conselho Municipal de Educação e dos fundamentos apresentados para evitar o encerramento desta “estrutura” de Educação, bem como da deliberação tomada por todos os parceiros.-----

-----Mais informou, que a presente Ata foi remetida à senhora Diretora Regional da Educação cujo conteúdo repudia veemente o encerramento da Sala de Apoio de Ponte de Sótão.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu que a proposta da DREC para Alvares, merece uma reflexão das pessoas desta freguesia que defendiam a manutenção da E.B.1 de Alvares e Cortes, uma vez que, caso essa situação tivesse sido concretizada, ambas as Escolas no próximo ano letivo estariam em risco de encerrar.-----

-----Após análise e discussão do presente documento, todo o Executivo manifestou total repúdio ao eventual encerramento da Sala de Apoio de Ponte de Sótão, solidarizando-se de forma incondicional com a proposta e fundamentos constantes na Ata do Conselho Municipal de Educação, realizado a título extraordinário no dia 09.04.12.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.13 – CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL/ISABEL MARQUES

BROCHU, CASIMIRO MAURÍCIO SANCHES E OUTROS - Foi presente o processo de constituição de propriedade horizontal em Largo do Terreirinho na freguesia e concelho de Góis, requerido por Isabel Marques Brochu, Wulfran Jean-Luc Michel Brochu, Aníbal Sanches, Casimiro Maurício Sanches, Manuel Sanches, Maria Zulmira Sanches de Jesus, Nuno Miguel da Boaventura Sanches e Maria Rosa Rodrigues Sanches.-----

-----A senhora Presidente informou o Executivo que de acordo com a informação nº 226/12 da DGUPA, datada de 17.02.12, o aludido pedido de constituição de propriedade horizontal refere-se ao prédio urbano com uma área coberta de 127,20 m² e descoberta de 34,55 m², o que perfaz 161,75 m², que se encontra descrito na Conservatória do registo predial de Góis, sob o n.º 8641/20091102, confrontando a Norte com Rua e Herdeiros de Casimiro Baeta Neves Santos, a



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Nascente com Carlos Manuel Carvalho, a Sul com António da Rocha Barros Júnior e a Poente com Rua e levada, sendo comproprietários: Sr.^a Isabel Marques Brochu, Sr. Wulfran Jean-Luc Michel Brochu, Sr. Aníbal Sanches, Sr. Casimiro Maurício Sanches, Sr. Manuel Sanches, Sr.^a Maria Zulmira Sanches de Jesus, Sr. Nuno Miguel da Boaventura Sanches e a Sr.^a Maria Rosa Rodrigues Sanches. -----

-----Mais informou, que o imóvel em causa, já há muito que se encontra dividido e a ser utilizado de forma autónoma, encontrando-se uma das partes devoluta e em péssimo estado de conservação, de tal forma, que impede o acesso ao seu interior (fracção *B*). A outra, fracção (*A*), encontra-se em estado de conservação que se pode considerar aceitável. -----

-----Informou ainda, que a propriedade horizontal, distribui-se por quatro pisos e ficará assim constituída:-----

----a) FRACÇÃO A – Casa de habitação composta por três pisos, situa-se na parte norte do imóvel, com saída para a via pública a norte e poente, com superfície coberta de 63,16m² e logradouro com 34,55m², a que é atribuído o valor de 12.164,60€ (doze mil cento e sessenta e quatro euros e sessenta cêntimos) que corresponde a 38,52% do valor total do prédio. O *Piso 1* é composto por um arrumo com 15,20m², um logradouro com 23,15m² e uma escada de acesso ao terraço, sendo o *Piso 2* composto por um terraço com 11,40m², uma sala de jantar com 10,70m² e uma escada de acesso ao piso superior, uma cozinha com 6,00m², uma sala de estar com 9,80m², uma instalação sanitária com 3,40m², uma despensa com 3.85m² e uma circulação com 6.80m² de acesso à rua a norte da propriedade e o *Piso 3* composto por um quarto voltado a poente com 13,00m² e um arrumo com 4,20m².-----

-----A senhora Presidente informou quais as confrontações da fracção A - norte: Rua e herdeiros de Casimiro Baeta Neves Santos; nascente: Carlos Manuel Carvalho e António da Rocha Barros Júnior; sul: Fracção B; poente: Rua e levada.-----

----b) FRACÇÃO B – Casa de habitação composta por três pisos com saída para a estrada a poente, com superfície coberta de 64.04m², a que é atribuído o



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

valor de 19.415,40€ (dezanove mil quatrocentos e quinze euros e quarenta cêntimos) que corresponde a 61.48% do valor total do prédio. O Piso 1 é composto por uma zona de circulação com 8.40m² e uma escada de acesso ao piso superior, dois arrumos um a poente e outro a nascente com 20.70m² e 7.90m² respectivamente, de referir que o piso 1 da fracção B corresponde ao piso 2 da fracção A, sendo o Piso 2 composto por uma cozinha com 9.70m², uma sala com 12.00m², uma despensa com 4.40m², um arrumo com 4.00m² e escada de acesso ao piso superior e um quarto com 8.20m², de referir que o piso 2 da fracção B corresponde ao piso 3 da fracção A e o Piso 3 composto por um sótão com 34.90m². -----

-----A senhora Presidente informou quais as confrontações da fracção B Norte: fracção A; nascente: António da Rocha Barros Júnior; Sul: António da Rocha Barros Júnior; Poente: Rua.-----

-----Mais informou, que as áreas descritas foram medidas pelo perímetro exterior das paredes exteriores e o eixo das paredes separadoras das fracções. Ao conjunto é atribuído um valor global de 31580.00€ (trinta e um mil quinhentos e oitenta euros).-----

-----Assim, verifica-se, que as fracções são autónomas, distintas, independentes, isoladas entre si, e em nada contrariam o Regime de Propriedade Horizontal nos termos dos Artigos 1.414.º a 1438 do código Civil Português, nomeadamente, no que diz respeito a esta matéria, pelo que a pretensão dos requerentes reúne todas as condições para que seja constituída a propriedade horizontal, tendo sido para o efeito realizada a respetiva vistoria.-----

-----A senhora Presidente alertou que a utilização de qualquer uma das duas fracções assim constituídas, só será possível, depois de solicitada a respetiva autorização de utilização (artigo 66º do Decreto-Lei nº 555-799, de 16 de dezembro, na redação do decreto-Lei nº26/2010, de 30 de março).-----

-----Face ao exposto, a senhora Presidente referiu que o pedido apreciado reúne os elementos necessários para que possa ser deferida a pretensão dos requerentes e, consequentemente, deliberada a constituição da propriedade horizontal.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A Câmara tomou conhecimento e com base na informação supra mencionada e, de acordo com o parecer do senhor Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à constituição da referida propriedade horizontal.-----

2.14 – PROPOSTA DE VOTO DE LOUVOR À EQUIPA DE FUTEBOL SÉNIOR

DA AERG - Sob proposta da senhora Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar um Voto de Louvor à Equipa de Futebol Sénior da Associação Educativa e Recreativa de Góis pela passagem às meias finais da Taça da Associação de Futebol, felicitando a Equipa Técnica e Dirigentes pelo trabalho desenvolvido na formação dos seus atletas.-----

2.15 – CROSSÓDROMO MUNICIPAL - A senhora Presidente deu conhecimento que o Município de Góis, pretende levar a efeito um crossódromo municipal, em terrenos próprios, sitos em Carvalhinha, informando que o projecto que agora se apresenta, não é mais do que a construção de um local especializado para a prática de várias vertentes do motociclismo desportivo – Quadcross, Supercross, Motocross e Kartcross.-----

-----Prosseguiu, informando que a Carvalhinha, tem ótimas condições para o desenrolar deste projecto. As principais características do terreno são a exposição, a localização, bem como a dimensão do terreno. Mais informou, que visitado diversas vezes por pessoas especializadas neste desporto, este local apresenta condições ímpares para o desenrolar destas modalidades, reunindo os requisitos necessários para a construção de uma pista onde se podem praticar os vários desportos motorizados, para o desenrolar de provas dos respectivos Campeonatos Nacionais, Europeu e até Mundial.-----

-----Continuou, referindo que com este projecto pretende-se criar uma oferta de serviços estruturados de desporto de motociclismo, que se caracterizam pela prática de actividades desenvolvidas em estreito contacto com a natureza e com os valores e costumes das culturas locais. As referidas vertentes do motociclismo desportivo, têm vindo a ser as modalidades que mais têm evoluído no nosso País. A região centro é deficitária em infra-estruturas para eventos desta natureza e sendo um desporto em ascensão julga-se justificada a opção no



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

investimento. É ainda um desporto que acontece regularmente aos fins-de-semana e que para além de pilotos e do seu staff, arrasta com ele milhares de espectadores, pelo que se prevê uma população flutuante de 1500 a 2000 pessoas por corrida.-----

-----De seguida, informou que o crossódromo municipal, será composto por uma pista de Motocross, com vertente para Quadcross e também Kartcross e uma outra pista para Supercross, apoiadas pelas seguintes infra-estruturas: edifício de apoio, que incluirá balneários, vestiários, sanitários, salas de imprensa, salas de apoio às corridas, bar e camaratas, sendo a cobertura em bancada (arquitetura a definir); área destinada a padock, que incluirá infra-estrutura para lavagem de motos; área destinada a público, com piso em anfiteatro; parque automóvel e caminho de acesso a viaturas de socorro. Informou ainda, que a pista de Supercross, desporto que se realiza normalmente á noite, terá de ser iluminada, pelo que se prevê também, a inclusão de quatro torres de iluminação, sendo também construída uma grelha de partida, fixa, comum às duas pistas.----

-----A senhora Presidente informou ainda, que para a implantação do projecto, é necessário começar pela desmatação e limpeza total do terreno, que será realizado através de meios mecânicos, com uma máquina bulldozer. O empreendimento terá uma vedação perímetro, em estacas de madeira tratada e rede metálica, com cerca de 2.00 metros de altura. Esta rede será encimada com arame farpado. Será também colocada rede, suportada com estacas de madeira como divisória entre as pistas e o espaço destinado ao público. Por último, informou que dada a topografia do terreno, torna-se necessário drenar as águas pluviais, através de uma vala drenante a construir, com pedra solta de grande dimensão, envolvida em manta geotêxtil.-----

-----Terminou a sua intervenção, informando que é intenção do Góis Moto Clube e da Federação de Motociclismo de Portugal levar a efeito uma prova de Quadcross no dia 29 de Julho do ano em curso, pelo que irá o Município de Góis levar a efeito um conjunto de trabalhos na Carvalhinha para que este espaço reúna as condições mínimas para acolher a referida prova desportiva. Quanto ao projeto global do crossódromo municipal, informou que pelo investimento que



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

este abrange irá ser elaborada candidatura para apoios financeiros.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu se o projeto ora apresentado não irá colidir com o projeto que a empresa Pátio D'Aventura tem para a Quinta da Capela.-----

-----A senhora Presidente informou que pela informação dos promotores da referida empresa o projecto previsto para a Quinta da Capela é uma pista de rallye em circuito fechado, não coincidindo com a infraestrutura que se pretende implementar na Carvalhinha em estreita colaboração com o Góis Moto Clube e com a Federação Portuguesa de Motociclismo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.16 – COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E

SÍTIOS- A senhora Presidente informou que o Município de Góis, a convite do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR, IP), irá comemorar, a 18 de abril, o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (DIMS), que este ano se enquadra no tema “Do Património Mundial ao Património Local: proteger e gerir a mudança”. A comemoração deste dia tem como objetivo primordial “sensibilizar o público para a diversidade e vulnerabilidade do património, bem como para o esforço envolvido na sua proteção e preservação”. -----

-----Mais informou, que o tema escolhido pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) para as celebrações do DIMS de 2012 centra-se no Património Mundial, com vista a assinalar o 40º aniversário da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO. No âmbito dessa Convenção foi estabelecida a “Lista do Património Mundial”, um importante instrumento para a cooperação internacional e nacional ao serviço da proteção e da valorização do património. O tema proposto pretende também “chamar a atenção para o complexo desafio que hoje se coloca à proteção e gestão do património, numa época de marcada globalização económica e cultural, de profundas transformações sociais e de mudança de paradigmas”.-----

-----Informou ainda, que no âmbito das comemorações do DIMS, o Município de Góis irá dinamizar a Tertúlia Cultural “Património-Novos Desafios”, moderada



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

pela Dr.^a Lisete de Matos e que esta iniciativa decorrerá no dia 18 de abril de 2012, pelas 21h00, no Café Pombalinho, sito no Largo Francisco Inácio Dias Nogueira, no Centro Histórico da Vila de Góis. Integrarão o Painel de Convidados da Tertúlia: Professor Doutor João de Castro Nunes, Dr. Jorge Miranda, Dr.^a Maria Helena Moura, Eng. José Luís Nogueira, Eng. José Rocha Barros, Eng. João Nogueira Ramos, Dr.^a Maria de Fátima Martins e Jorge Lucas, convidando o Executivo a associar-se a esta iniciativa cultural.-----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.17 – COMEMORAÇÕES DO 38º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL - A senhora Presidente informou que à semelhança dos anos anteriores o Município de Góis irá comemorar o 38º aniversário do 25 de Abril de 1974, sendo o Programa das comemorações desta efémeride o seguinte:-----

-----10.00 horas – Hastear da Bandeira – Praça da República.-----

-----10.30 horas – Sessão Solene – Salão Nobre do Edifício dos Paços do concelho.-----

-----11.30 horas – Inauguração da Exposição fotográfica “Guerra do Ultramar...Memórias de um Passado Presente!” – Posto de Turismo.-----

----A senhora Presidente convidou o Executivo a associar-se às iniciativas das Comemorações do 38º Aniversário do 25 de Abril.-----

2.18 – VOTO DE PESAR A ANTÓNIO ALCINDO DE ALMEIDA – Sob proposta da senhora Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar um voto de pesar pelo falecimento do senhor António Alcindo de Almeida, autarca na Junta de Freguesia do Colmeal, manifestando a toda a família a total solidariedade e profundo pesar pela sua irreparável perda.-----

2.19 - VOTO DE PESAR A MARIA FILOMENA CARVALHO CRUZ - Sob proposta da senhora Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar um voto de pesar pelo falecimento da senhora D. Maria Filomena Carvalho Cruz, esposa do saudoso José Matos Cruz, manifestando a toda a família a total solidariedade e profundo pesar pela sua irreparável perda.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

2.20 – INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DIAMANTINO JORGE

SIMÕES GARCIA – O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia questionou qual o veículo a que estava afeta uma verba considerável com aquisição de pneus constante no documento de requisições externas. Solicitou ainda, informação relativa a duas ordens de pagamento, datadas do mesmo dia, com valores diferentes, referentes a refeições no Restaurante “Casa Ti Maria do Augusto”.-----

-----A senhora Presidente informou que a primeira despesa deve-se à substituição de pneus num dos autocarros de transportes escolares. Relativamente às duas outras despesas, referiu que na próxima reunião do Executivo irá prestar os devidos esclarecimentos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2.21 – INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOSÉ ALBERTO

DOMINGOS RODRIGUES – O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues deu conhecimento do Estágio da Orquestra Juvenil a qual integrou elementos da Filarmónica da Associação Educativa e Recreativa de Góis e da FILVAR durante o período das férias da Páscoa, tendo esta iniciativa culminado com apresentação de um concerto em Góis e Vila Nova do Ceira. Prevaleceu-se da oportunidade para publicamente reiterar as suas felicitações na pessoa do jovem maestro Nuno Alves a todos os jovens que participaram nesta iniciativa a qual contou com a prestimosa colaboração do Município de Góis a quem os responsáveis endereçaram os seus agradecimentos.-----

-----Usou da palavra o senhor Vereador Mário Barata Garcia, referindo congratular-se pela iniciativa dos jovens músicos na realização de um estágio conjunto durante um período de festividades pascais, o qual teve um excelente resultado, merecendo da parte de todos um enorme reconhecimento pelo trabalho que apresentaram publicamente.-----

-----O senhor Vice-Presidente, deu ainda conhecimento do jantar de abertura da Rota do Cabrito no nosso concelho numa iniciativa da Turismo do Centro, a qual foi integrada no evento concelhio “Páscoa de Sabores”, referindo o sucesso obtido com esta atividade, reiterando o seu agradecimento em nome do



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Município ao senhor Dr. Pedro Machado, bem como, a todos os Presidentes de Câmara e Autarcas que se associaram em Góis a esta iniciativa.-----

-----A senhora Presidente referiu que apesar de não ter estado presente, congratula-se pela iniciativa que aproximou ainda mais a banda da AERG e a FILVAR, bem como o excelente desempenho dos músicos, em particular do Nuno Alves.-----

-----Relativamente à Rota do Cabrito agradeceu o apoio da Turismo do Centro e dos restaurantes do concelho de Góis que aderiram à iniciativa “Páscoa de Sabores”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES: -----

3.1 – RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia nove de Abril do ano em curso, no montante de um milhão, cento e noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e nove euros e dezanove cêntimos.-----

3.2 – PAGAMENTOS – A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos, relativos ao ano de dois mil e doze, constantes nas ordens número seiscentos e quarenta e oito à setecentos e quarenta e oito, no montante de cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e catorze euros e cinquenta e cinco cêntimos.-----

3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES - A Câmara tomou conhecimento de que não foi emitida qualquer licença de obras particulares.-----

-----A Câmara tomou igualmente conhecimento de que foram emitidas as seguintes licenças de autorização de utilização.-----

----a) Número dezasseis, requerida por Manuel Pedrinho, Casal de Cima – Alvares.-----

----b) Número dezassete, requerida por Carlos Alberto Felício Trabulo, Roda Cimeira – Alvares.-----

3.5 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES- A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia dez de Abril do ano em curso.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as transferências correntes, no montante de vinte mil euros, cujo documento constitui o Anexo III da presente Ata.-----

3.6 – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2011 – Foi presente o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2011, cuja cópia fiel constitui o Anexo IV da presente Acta.-----

-----A senhora Presidente informou que de acordo com a alínea e) do nº. 2 do art. 64º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002 de 11 de janeiro, cumpre ao executivo municipal aprovar os Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2011 e submete-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo (Assembleia Municipal), como expressa a alínea c) do nº. 2 do artº. 53º. do mesmo diploma. -----

-----Mais informou, que a elaboração dos documentos de prestação de contas foi feita de acordo com as regras e princípios definidos no Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), salvaguardando-se as especificidades de remessa e apresentação ao Tribunal de Contas conforme a Resolução nº. 4/2001 2ª. Série – de 18 de agosto, Instrução nº. 1/2001 – 2ª. Secção, daquele órgão de tutela jurisdicional.-----

-----Informou ainda, que os conteúdos apresentados para análise, decorrem da execução financeira referente ao ano económico de 2011, no contexto do Plano de Atividades e das Grandes Opções do Plano (GOP) aprovadas pela Câmara Municipal de Góis para o ano de 2011. Através da análise dos quadros financeiros relativos à prestação de contas verifica-se ter sido atingido um nível de execução das GOP de 52,81%, valor que evidencia uma diferença positiva de 6,54% relativamente à execução de 2010.-----

-----Relativamente à taxa de execução do orçamento da receita, a senhora Presidente referiu ser a mesma de 73,77% (a que corresponde o valor de 8.528.779,65 €) tendo a congénere da despesa atingido os 72,92% (a que corresponde o montante de 8.430.658,82 €). O relativo equilíbrio nos níveis percentuais e absolutos de execução espelha, por um lado, o esforço qualitativo



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

de performance orçamental que este executivo imprimiu, desde a sua posse, na gestão e controlo dos dinheiros públicos e revela, ainda, em conjugação com os valores reconhecidos no passivo, a manutenção do endividamento do município num patamar de folga confortável, cumprindo com os requisitos legais numa postura de alinhamento solidário com os objetivos da política macroeconómica do Estado em contexto de crise nacional e internacional.-----

-----No quadro específico das alterações políticas ocorridas em 2011 e das consequências altamente restritivas à atividade económica decorrentes do PAEF – pacto de estabilidade económica e financeira, celebrado com a “troika” de instituições financiadoras do Estado português, também o poder local foi atingido por condicionamentos orçamentais e creditícios excecionais e completamente imprevisíveis aquando da aprovação das GOP (Grandes Opções do Plano) no ano de 2009. -----

-----Ao nível do Município de Góis foram tomadas medidas de contenção de gastos para que, não podendo satisfazer o leque inicialmente pensado de necessidades dos munícipes, não ficassem, contudo, por ser atendidas as suas carências mais prementes. São, assim, de destacar os seguintes empreendimentos levados a cabo em 2011 ou aos quais foi dada continuidade no ano transato sem esquecer, no contexto do que estipula o Ponto 13 do POCAL, os projetos já iniciados no ano de 2012, em estreita coerência gestonária.-----

-----Prosseguiu informando que no ano de 2011, o Município de Góis continuou empenhado na melhoria da qualidade de vida dos munícipes, estando atento aos grupos mais vulneráveis que, como consequência da crise económica e social em que o país se encontra mergulhado, se manifestaram não apenas em maior número de pessoas como em maior número e diversidade de carências em sede do seu PAMR (plano de atividades mais relevantes). Como consequência, surge durante o ano de 2011, o Programa Conforto Habitacional para as Pessoas Idosas que tem como objetivo a prevenção da dependência e institucionalização dos (as) cidadãos (ãs) mais idosos (as), intervindo na qualificação habitacional através da melhoria das condições básicas de habitabilidade e mobilidade das



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

peessoas idosas que estão integradas nos Serviços de Apoio Domiciliário ou frequentem a resposta Centro de Dia ou cuja prestação destes serviços esteja dependente da qualificação habitacional. Outro projeto na área social é o “Programa Municipal de Inclusão e Desenvolvimento” que se constitui como uma estrutura de suporte às áreas de Ação Social, Cultura, Educação, Saúde, Emprego e Formação Profissional, que reúne as Instituições, Associações ou Serviços Públicos e Privados com e sem fins lucrativos com intervenção local na área da Inclusão Social. O Projeto “Plano Municipal de Promoção de Acessibilidade do Concelho de Góis”, candidatura aprovada pelo POPH, constitui-se também como uma ferramenta que permite ao Município de Góis programar a adaptação das edificações integradas no espaço público, com inegáveis benefícios para todos os munícipes.-----

-----Ao nível cultural, destaca-se o Góis Orosos Arte, que em 2011 se realizou sob o signo da solidariedade. Este evento contou com a presença de artistas de todo o país e de vários países estrangeiros, transformando o concelho num ponto de encontro internacional de arte e cultura. A 19.ª Feira Agrícola Comercial e Industrial de Góis, certame de referência cuja missão passa por promover uma oportunidade singular para que as instituições, empresários e comerciantes possam apresentar os seus produtos, serviços e/ou projetos, num tempo em que todas as oportunidades de parceria são bem-vindas e desejadas. No mesmo contexto destaca-se, também, a Feira da Castanha e do Mel que tem em vista a promoção das potencialidades do concelho, com a divulgação dos produtos endógenos, na qual pela primeira vez integrou a Festa da Truta. Para comemorar o Ano Europeu do Voluntariado, o Município de Góis organizou a gala do voluntariado “Gestos Solidários”, reconhecendo todas as entidades e/ou comunidade em geral que prestam voluntariado. Foi também preocupação do Município assinalar o ano Internacional das Florestas e da Biodiversidade, porquanto se trata de uma das maiores potencialidades do concelho de Góis.-----

-----Acrescentou que o desenvolvimento social, cultural e educativo do Concelho de Góis é uma preocupação constante do atual executivo da Câmara Municipal promovendo diversas iniciativas e apresentando candidaturas aos apoios



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

existentes, com vista à melhoria significativa da qualidade de vida das populações; a preparação das crianças e jovens na sua educação formal e informal; à valorização e salvaguarda do património cultural e da memória coletiva; à qualificação e dinamização das potencialidades turísticas e culturais do território.-----

-----O Município de Góis viu aprovado em 2011, o projeto “Parménides”, no âmbito da candidatura apresentada à tipologia 7.2 – Planos de Igualdade, do eixo 7 – Igualdade de Género, do Programa Operacional Potencial Humano. O Projeto contempla a realização de um diagnóstico de igualdade, campanhas de sensibilização e formação, implementação do Gabinete Concelhio para a Promoção da Igualdade de Género, culminando com um seminário de divulgação dos resultados.-----

-----Ao nível da intervenção social destaca-se, pelo seu elevado mérito descentralizador, o programa de atendimento social descentralizado já praticado em 2011, através do qual os técnicos de serviço social municipais vão a diversas freguesias do concelho prestar atendimentos personalizados a idosos, crianças e outras pessoas socialmente carenciadas.-----

-----No quadro dos investimentos que os tempos atuais tornam mais prementes, destacamos a obra de ampliação da EB 1 de Góis iniciada em 2011; a fase final da construção da circular Externa de Carvalhal dos Pombos; a obra, designada por Centro de Referência da Memória Goicense, que mereceu um impulso assinalável e diversas pavimentações no Concelho; a construção de muros e divisórias nos lotes na Zona Industrial de Vila Nova do Ceira; conclusão de diversas pavimentações em Alvares; execução da rede pública de abastecimento de águas na Simantorta, incluindo a rede de abastecimento e as obras de captação e construção da conduta adutora; continuação da construção da Casa da Cultura, cuja execução se iniciou em agosto de 2010; requalificação dos espaços públicos no Loural; foi, ainda em 2011, concluída a execução da rede de abastecimento de águas em Ladeiras e novas redes de abastecimento de águas no Soito, do Açor e no Casalinho de Cima; instalou-se, ainda, a



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

conduta adutora entre o Esporão e a Cerdeira e foi remodelada a conduta adutora do sistema de abastecimento de Chã de Alvares.-----

-----Referiu ainda, a construção e respetivo funcionamento da ETAR de Vila Nova do Ceira, infraestrutura construída pelas Águas do Mondego, que permitiu ao Município, uma plena parceria na instalação da rede de saneamento das zonas limítrofes e melhoria da rede de águas.-----

-----As áreas Financeira e dos Recursos Humanos foram, sobretudo, beneficiadas com novas normas de controlo e funcionamento, eliminando burocracias indesejadas, porém, criando um conjunto de regras de funcionamento coerentes e sintonizadas com os procedimentos e processos de trabalho que o quadro legislativo mais recente veio tornar necessário. Por imperativo da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 encontra-se o município de Góis obrigado a reduzir o número dos seus trabalhadores em 3 % até ao fim do 3º trimestre. Consciente, por um lado, da necessidade de cumprir a lei e, por outro, de tornar o mais leve possível o impacto de tal medida junto da população ativa do nosso concelho, o executivo municipal está a estudar todas as situações individuais de aposentadoria iminente para que todos os interesses sejam acautelados.-----

-----Tudo o que explicitado acima resulta, afinal, da aplicação real e concreta do princípio fundamental que norteia este executivo municipal: os munícipes, os goienses, as pessoas estão primeiro e toda a obra feita ou em curso e todo o dinheiro público despendido só fazem sentido se em prol da satisfação de necessidades da gente da nossa terra. Avançando o nosso “olhar por todos” para o tempo futuro próximo que se prevê muito difícil, traçamos, a seguir, a nossa perspetiva sobre o mesmo sem, contudo, abandonar a esperança de que, com o trabalho e solidariedade de todos, a turbulência do presente não tardará muito a abrir espaço ao começo de uma bonança que os goienses bem merecem.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia informou que iria usar da palavra em seu nome pessoal e da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Iniciou o seu discurso referindo que os Vereadores do PSD consideram o Relatório de Gestão do Ano Financeiro de 2011 fortemente influenciado pela correção ao orçamento de 16,21% no valor de 2.236.239, 41€. Referiu que, se assim não fosse a execução das Grandes Opções do Plano passariam de uma execução fraca de 52,81% para uma má execução de 34,49%, mais coincidente com o que todos verificamos do atraso das grandes obras: Casa da Cultura, Campo de Futebol, Centro de Referência da Memória Goiense, Ampliação da Escola, Circular Externa Carvalhal do Pombos, entre outras, que se têm arrastado no tempo.-----

-----Prosseguiu, referindo que alguns valores merecem reflexão. Mais referiu, que desde logo e sem surpresa, o desvio entre a receita corrigida e a apurada é de 32.32% (2.538.448,65€), fazem recordar o desvio para que alertaram em novembro de mais de 5 milhões de euros. Referiu ainda, que há que ter, na sua perspectiva e da sua colega de bancada, um maior rigor na previsão das receitas. Acrescentou que, se dúvida houvesse, bastava verificar que a venda de bens de investimento apresenta uma realização ridícula de 3,20% e um desvio de mais de 1,1 milhões de euros. Mencionou ainda, que embora apresentando-se um índice de cobrança de 73,77% a execução da receita apresenta um desvio de mais de 3 milhões de euros, alertando para que como é natural que estes valores devam, na ótica dos Vereadores do PSD ser alvo de reflexão profunda.-----

-----Continuou, referindo que ainda em relação à receita, mais concretamente à receita de capital verificaram que a evolução positiva nos anos de 2009, 2010 e 2011 com uma variação de 3% entre 2010 e 2011 só foi possível pela venda de parte da Quinta do Baião à Nature Sanus Turismo, S.A. Se assim não fosse, teríamos tido uma variação entre 2010 e 2011 de mais de 315% negativos.-----

-----Relativamente à despesa e começando pela despesa corrente, salientou o valor elevado de aquisição de serviços, mais de 1,4 milhões de euros, que inflaciona fortemente o valor total pois representa mais de metade do valor das despesas com pessoal que aparecem com um decréscimo de 4,65% em relação a 2010 mas que, conforme o próprio relatório refere “se deve, na sua



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

generalidade à redução remuneratória imposta aos políticos e aos trabalhadores de sector público”.-----

-----Prosseguiu, referindo que nos quadros de imputação de custos, por bem, ressaltam alguns valores que, pela sua dimensão se destacam dos outros nomeadamente: nos serviços da administração geral é preciso tomar consciência dos valores dispendidos na conservação e manutenção das máquinas e viaturas, mais de 500.000€; nos serviços de ação social apoiaram-se várias instituições em mais de 364.000 €, dos quais quase 50% para a ADIBER; nos serviços de abastecimento de água refere-se que mais de 50% do total dispendido, cerca de 543.000€, foram-no nas freguesias de Alvares e Góis; nos serviços de cultura, o maior consumo de recursos financeiros não é, como seria de esperar, na Casa da Cultura, mas sim, na rubrica “Festividades Diversas”, onde se gastaram cerca de 49.000€, sendo de notar que neste valor não estão incluídos os eventos Feira do Livro, Góis Orosó Arte e FACIG, realçando o facto de só na Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Góis terem sido gastos cerca de 150.000€.-----

-----Por último, alertou para o facto dos custos com a iluminação pública no montante de 273.741,95€, bem como, para as dívidas a terceiros a curto prazo, as quais aumentaram de 44% entre o ano de 2010 e 2011, quando estas tinham diminuído 19,1% entre 2009 e 2010, referindo ainda, que o total das dívidas a terceiros, incluindo curto, médio e longo prazo, totaliza mais de 4,3 milhões de euros.-----

-----Terminou a sua intervenção referindo que o presente documento está bem elaborado, sendo de fácil compreensão, endereçando as suas felicitações à Equipa da Câmara Municipal que o elaborou, acrescentando o voto favorável dos Vereadores do PSD ao presente documento.-----

-----A senhora Presidente deu a palavra à Dr^a. Sara Mendes, Chefe da Divisão de Administração Geral que esclareceu que a contabilidade de custos pretende repartir pelas funções municipais e/ou pelos bens e serviços, os custos que são suportados ao longo de determinado ano e não os recursos financeiros dispendidos. A título de exemplo, referiu a Casa da Cultura, que o Senhor



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Vereador Eng. Diamantino Garcia mencionou na sua intervenção, dizendo que, em 2011, os custos associados aquele bem são basicamente os da fiscalização da obra e que o investimento que está a ser executado na mesma não é, para já, considerado um custo. Esse investimento será custo a partir do momento em que o equipamento passe a ser utilizado para os fins a que foi destinado, isto é, a partir desse momento o bem irá sofrer uma depreciação anual ou amortização ao longo da sua “vida” útil que mais não é do que a perda de valor do mesmo no tempo que decorre do seu uso e desgaste normal. Futuramente serão ainda considerados outros custos da Casa da Cultura, como todos os relacionados com o seu funcionamento e manutenção (eletricidade, água, pessoal, ...) ou ainda eventuais trabalhos/pequenas intervenções (onde estão incluídos os materiais, a mão de obra e utilização de maquinaria ou outros equipamentos) que entretanto possam ser executados diretamente pelo Município (trabalhos para a própria entidade). Quanto ao montante indicado na rubrica Festividades Diversas, referiu a Dra. Sara Mendes que foi determinado, pelo facto de existir um número bastante significativo de eventos culturais e desportivos realizados pelo Município que, em sede de contabilidade de custos, apenas seriam indicados, de forma isolada, os que maiores recursos financeiros absorvem. Os restantes eventos seriam todos de imputar, no caso da cultura, ao serviço “Festividades Diversas”. Quanto aos eventos incluídos nesse serviço, referiu que teria que consultar os Serviços Financeiros e que posteriormente prestará a informação necessária. -----

-----Relativamente ao referido pelo Eng. Diamantino Garcia no que respeita à dívida de cerca de 4,3 milhões de euros, a Dra. Sara Mendes referiu que destes, 3,2 milhões de euros (mais de 75% do total da dívida) respeita à contratação de empréstimos a médio e longo prazo que ocorreu entre os anos de 1998 e 2009 e que na dívida a curto prazo estão refletidos valores (mais de 0,5 milhão de euros) que respeitam a cauções e a operações de tesouraria que, no fundo não podem ser considerados como dívida a terceiros na verdadeira aceção da palavra, pois representam retenções/descontos efetuados pelo Município na sequência do cumprimento de obrigações legais e que, poderão e serão



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

entregues às entidades respetivas quando decorrerem os prazos estabelecidos legalmente para tal. -----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que de acordo com os termos definidos na legislação em vigor, cumpre ao Executivo Municipal elaborar e aprovar os documentos de Prestação de Contas, por forma a que os mesmos sejam submetidos à apreciação e votação do órgão deliberativo. Referiu ainda, que a elaboração dos documentos de Prestação de Contas ora apresentados foram organizados de acordo com as regras e princípios definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e apresentados com as normas consagradas pelo Tribunal de Contas.-----

-----Continuou, referindo que o nível de execução das GOP's apresenta uma execução financeira de 52,81%; considerando que em 2010 esta execução foi de 46,27%, resultando um acréscimo de 6,54%. Neste contexto, é demonstrativo o empenho e dedicação do actual Executivo com o objectivo de levar a efeito a melhor realização possível.-----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues, salientou que a taxa de execução do orçamento da receita, é de 73,77%, tendo a congénere da despesa atingido os 72,92%, sendo os montantes, respetivamente em 8.528.779,65€ e 8.430.658,82 €, refletindo desta forma, um razoável equilíbrio nos níveis percentuais.-----

-----De seguida, deu ênfase ao facto do Município de Góis não ter ultrapassado os limites ao endividamento legalmente estabelecido.-----

-----Referiu ainda, que durante o ano de 2011, os trabalhadores do Município tiveram a oportunidade de frequentar um elevado número de ações de formação, levando desta forma a um maior enriquecimento pessoal e profissional.-----

-----Terminou a sua intervenção felicitando a senhora Chefe da Divisão Administração Geral, bem como, todos os trabalhadores do Município e agradeceu o seu empenho ao longo do ano de 2011, o qual contribui para o bom resultado económico e financeiro.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia que referiu que os presentes documentos comprovam que o Município de Góis muito fez para



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

cumprir o que se tinha proposto fazer em 2011 apesar do ambiente nacional de crise que também afetou o nosso concelho profundamente. Foi o ano que vimos desfazer ou adiar o sonho da construção da variante à estrada Nacional 342, que iria ligar as sedes de concelho, desta Beira Serra, através de via de circulação mais segura e mais rápida. Também a Empresa “Aguas do Mondego” a quem o Município de Góis transferiu a competência para efetuar as candidaturas ao QREN para financiar a execução do abastecimento de água (com qualidade em quantidade) e várias obras de saneamento para grandes aglomerados populacionais (Ponte do Sótão e Bordeiro, entre outros) viu , por imposição governamental, impedido de efetuar essas candidaturas, tendo o Município recuperado essa competência mas agora naturalmente com 3 anos de atraso em relação aos outros Municípios que não quiseram transferir essa competência, situação agravada pelo facto de não se saber ainda quando abre o concurso para essas candidaturas. Também não se pode esquecer a imposição governamental de redução substancial no valor das transferências mensais da Administração Central para o Município. Perante este cenário negativo, recessivo e de desinvestimento no interior do país por parte da Administração Central o nível de realização plasmado nos documentos que estão em apreciação deve ser reconhecido como muito positivo.-----

-----Por último referiu, que este bom resultado do exercício de 2011 deve ser atribuído a todos, Assembleia Municipal, Câmara Municipal, Trabalhadores da Autarquia, bem como às organizações públicas e privadas que com o Município partilharam as tarefas de desenvolver o concelho de Góis no ano de 2011.-----

-----A senhora Presidente fez o balanço final do exercício de 2011, começando por questionar o senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia se identificava algum aspeto positivo nos documentos de prestação de contas em análise, ao que o senhor Vereador respondeu “todos” aqueles que não foram mencionados na sua intervenção.-----

-----A senhora Presidente prosseguiu, referindo que se congratulava pela taxa de execução das GOP de 2011, e todo o trabalho desenvolvido em prol do concelho de Góis. Mais referiu que as GOP (A.M.R. e PPI) são documentos



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

previsionais e dinâmicos, não reconhecendo qualquer surpresa nos números apresentados. Para além desta constatação, referiu que tem plena confiança no desempenho dos recursos humanos afetos à DAG, particularmente na senhora Chefe de Divisão, à qual cumpre um acompanhamento sistemático daquilo que é a despesa e a receita. Nesta matéria sempre foi cumprido o princípio do equilíbrio orçamental e, conseqüentemente, os limites de endividamento, o que aliás tem vindo a ser validado pela empresa que anualmente procede à auditoria das contas do Município, mais concretamente fiscalização e certificação legal de contas.-----

-----Relativamente ao nível de dependência financeira, referiu que este também baixou em termos daquilo que são as transferências da administração central. Contudo não quer dizer que não tenhamos ainda um grande nível de dependência, apesar do encaixe das receitas poder ter sido fracamente maior.---

-----Continuou, referindo que há determinadas rubricas que não podem continuar a ter a mesma despesa ou ainda mais despesa, como é o caso concreto da manutenção e conservação de viaturas, pelo que desde o início do Mandato tem vindo a alertar para a necessidade premente de inverter esta situação, através da redução da frota de viaturas e máquinas. Mais referiu que os serviços têm estado a trabalhar nesta matéria, esperando que na execução de 2012, os números sejam francamente diferentes.-----

-----Relativamente aos subsídios atribuídos a Entidades, não podem os números serem analisados de forma linear mas em função daquilo a que se destinaram e não aceita que apenas alguns subsídios tenham que ser amplamente justificados e outros não. No caso concreto das transferências para a ADIBER, situação que causa sempre algum incómodo, se comparada com outras Instituições do concelho, importa esclarecer que uma parte considerável do valor transferido foi para a FACIG/2011 aguardando o Município o reembolso de algumas despesas no âmbito do PAACA – Programa de Animação e Aquisição de Competências. Esta situação deve ser relevada, porquanto somente a ADIBER enquanto promotora da medida 3 PRODER, pode apresentar candidatura ao já referido PAACA.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----Mais referiu que não se revê nas preocupações do senhor e da senhora Vereadora do PSD quanto ao valor de 49.000 € gasto na rubrica “Festividades diversas”, porquanto entende tratar-se não de uma despesa, mas sim de um investimento, sendo que a imaterialidade do desenvolvimento não é quantificável, mas os Goienses e em particular os mais novos, terão no futuro o resultado de todo o trabalho realizado na área da Cultura. Nesta matéria, ainda referiu que os gastos apresentados na rubrica “Festividades diversas”, não condicionaram de forma alguma o investimento feito na área social que foi superior a 70.000€. Neste sentido, congratulou-se pelo excelente trabalho realizado pelo Município no campo da inclusão e na promoção de oportunidades de trabalho para pessoas em situação de desemprego. Tal trabalho só foi possível graças às parcerias com o Centro de Emprego e formação de Arganil, ADIBER, Lousitânea, IPSS's locais, Juntas de Freguesia e outras Entidades de direito público e privado. Foram integradas mais de três dezenas de pessoas, através de contratos de inserção, contratos de inserção Mais, estágios profissionais e estágios qualificação emprego.-----

-----Mais referiu, que os números não podem ser analisados de forma isolada mas sim num contexto próprio, onde se deve “medir” o resultado de todo o investimento e no caso concreto do apoio às Instituições locais, há que reconhecer que os mesmos se traduzem em ganhos para o Município, sem esquecer que são todas as instituições que garantem a manutenção de muitos e muitos postos de trabalho.-----

-----A senhora Presidente agradeceu a disponibilidade e desempenho de todos os trabalhadores e a colaboração do Executivo Municipal ao longo do ano de 2011. Reiterou a sua satisfação pela taxa de execução alcançada durante o exercício de 2011, destacando o muito trabalho desenvolvido que não vem plasmado na prestação de contas, mas que é do conhecimento geral, como é o caso da criação do Balcão Único, da Formação para trabalhadores no âmbito do POPH em parceria com a CIMPIN, a alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM), bem como o conjunto de Regulamentos Internos elaborados.-----

-----Por último, referiu que apesar dos constrangimentos orçamentais e da



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

redução das transferências da Administração Central, espera que o exercício de 2012 seja superior ao de 2011, considerando que há muitos investimentos em curso que ficam concluídos ao longo do ano de 2012. Terminou reafirmando o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para a taxa de execução do exercício de 2011.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2011.-----

-----Mais deliberou por unanimidade remeter o presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação.-----

3.7 – RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

– A senhora Presidente deu conhecimento do Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas relativas ao exercício findo em 2011, apresentado por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., cuja cópia fiel constitui o Anexo V da presente Acta.-----

-----A senhora Presidente referiu que o Município congratula-se pelos documentos em análise, pois refletem a boa gestão financeira da Câmara Municipal. Referiu ainda, que apenas foi chamada a atenção para a existência de património que não se encontra avaliado e que por consequência não pode vir refletido no património do Município, situação que no ano de 2012 terá que ser definitivamente resolvida. -----

-----Mais referiu que o Município não se tem furtado a fazer todas as démarches necessárias à regularização do património municipal, tendo sido celebradas várias escrituras no presente Mandato.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas.-----

-----Mais deliberou por unanimidade remeter o presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: FALTAS, ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; PROTOCOLO ENTRE A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA, ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS BEIRAS DE PESCA DESPORTIVA E MUNICIPIO DE



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

GÓIS; PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO CENTRO DE PORTUGAL E MUNICIPIO DE GÓIS, CASTANHEIRA DE PERA, LOUSÃ, PAMPILHOSA DA SERRA E PEDRÓGÃO GRANDE / GRAND FONDO SKY ROADS ALDEIAS DE XISTO; PÁTIO D'AVENTURA – RALLYE DE GÓIS 2012 / PEDIDO DE PARECER; CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL/ISABEL MARQUES BROCHU, CASIMIRO MAURÍCIO SANCHES E OUTROS; RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA; PAGAMENTOS; REQUISIÇÕES; LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES; DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES; RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2011; RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.-----

-----DADA A PALAVRA AO PÚBLICO:-----

-----O senhor Joaquim Mateus, referiu que a sua intervenção seria no sentido de reiterar as suas felicitações ao Município de Góis, na pessoa do senhor Vice-Presidente pela sua presença na Feira Sustentável e na Rota da Jeropiga iniciativas levadas a efeito na freguesia de Alvares.-----

-----E não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas catorze horas e cinquenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, sob a responsabilidade da Secretária. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
